Aepet Notícias

IMPRESSO ESPECIAL
CONT.Nº 9912292958
ECT/DR/RJ
AEPET
DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIO

Edição 398 / Abril - 2013 / Ano 42 / www.aepet.org.br
21 2277-3750 Av.Nilo Peçanha, 50 Sala 2409 - Centro - RJ-CEP: 20020-906

# AUDIÊNCIA DA AEPET COM O MINISTRO DO TCU

O presidente da AEPET, Silvio Sinedino, esteve no dia 2 de abril em Brasília em audiência com o Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU). Na ocasião, Sinedino foi acompanhado pelos companheiros Fernando Moura e Paulo Bottino, representantes dos Concursados ainda não chamados (Concurso de 2005) e dos Procuradores do Trabalho Doutor Erlan José Peixoto do Prado, de Brasília, e Doutor Gláucio de Oliveira, do Paraná.





**AEPET DIRETO (AD): Presidente Silvio Sinedino, a audiência no TCU nos trouxe novas informações sobre a situação da Terceirização na Petrobrás?**

Silvio Sinedino: O Ministro Benjamin Zymler comunicou que a Petrobrás, pela segunda, vez não cumpriu a exigência do TCU de apresentar um cronograma para a substituição dos terceirizados. Pelo contrário, pediu mais um ano de prazo e argumentou que há apenas 1.600 terceirizados a serem substituídos. Esse número é risível, já que Acórdão de 2007 do próprio TCU indicava, naquela época, 57.000 terceirizados nessa condição. Note-se que o Relatório Anual da Petrobrás em 2011 registra um contingente de 328.000 terceirizados e, destes, a Petrobrás afirma que apenas 1.600 ocupariam vagas de Concursados? Não temos como acreditar nesta informação. Certamente que este número não poderá se sustentar numa séria investigação junto aos órgãos da Petrobrás.

**AD: E quais seriam os desdobramentos imediatos desta situação?**

Silvio Sinedino: O Ministro nos disse que, em função dessa resposta da Petrobrás, o TCU vai iniciar uma auditoria na Petrobrás com relação ao número informado. Essa auditoria faz parte do novo processo montado no TCU exclusivamente sobre a terceirização na Petrobrás, que foi apartado do antigo processo que dizia respeito a várias estatais. O Ministro sugeriu também que tanto o Ministério Público quanto a própria AEPET se habilitem como interessados no processo, o que dá o direito de incluir peças no processo, sugerir medidas e até a defesa oral em Plenário.

**AD: E dos Procuradores do Trabalho, Doutor Erlan José Peixoto do Prado, de Brasília, e Doutor Gláucio de Oliveira, do Paraná, como se manifestaram?**

Silvio Sinedino: Ambos os Procuradores do Trabalho reforçaram nossos argumentos de que a Petrobrás tem que, urgentemente, preencher com Concursados as vagas ilegalmente preenchidas por terceirizados. Somente a presença deles na audiência já seria bastante significativa, mas os argumentos e preocupações expressas por eles se somaram aos nossos. Quero ressaltar também que foi muito importante a presença dos representantes dos Concursados que puderam dar testemunho das diversas ações judiciais sobre o assunto, seu andamento jurídico (a maior parte já nos Tribunais Superiores em Brasília para decisão de última instância) e dos muitos casos já com decisão transitada em julgado em favor dos Concursados.

**AD: Qual a posição da AEPET sobre o tema? Quais são os encaminhamentos que a Entidade está dando?**

Silvio Sinedino: AAEPET argumentou com o Ministro Zymler que não se está tratando apenas de entendimentos jurídicos. Mais do que isso. Estamos defendendo o Art. 37 da Constituição Federal que exige Concurso Público para o preenchimento de vagas nas empresas estatais. E o mais importante: entendemos que se trata do futuro de milhares de jovens que acreditam na Petrobrás, a escolheram para seu futuro profissional e após serem aprovados em disputados e difíceis Concursos Públicos veem seus sonhos serem desfeitos por flagrante ilegalidade e injustiça.

**AD: Há perspectiva de alguma iniciativa mais imediata do TCU para resolver esta situação?**

Silvio Sinedino: O Ministro Zymler destacou que a ideia é fazer como foi feito em Furnas: um grande acordo envolvendo o TCU, o Ministério Público e a Petrobrás para a identificação das vagas a primeirizar (substituir terceirizados por Concursados). Envolveria assim o encerramento de ações judiciais e um cronograma para essa substituição, que no caso de Furnas vai até 2017.

**AD: Quais serão os próximos passos da AEPET?**

Silvio Sinedino: A AEPET, em reunião de diretoria no mesmo dia da Audiência, decidiu que se habilitará como interessada no novo processo do TCU. Vamos, entre outras medidas, procurar colaborar com a auditoria programada para que esta se dê da maneira mais efetiva e no menor prazo possível. Às dezenas de novos Concursados que nos têm procurado, a AEPET garante que continuará a acompanhar de perto essa questão e que se manterá firme na luta em defesa de seus legítimos direitos. É muito importante que os companheiros procurem o Ministério Público do Trabalho e a orientação dos Concursados mais antigos para buscar juridicamente a garantia de seus direitos.

Editorial
A Serviço do Corpo Técnico da Petrobrás Pág. 02

Royalties do Petróleo Pág. 02

Pós-82 Pág. 02

Eleições na Petros Pág. 03

AEPET é novamente convidada para ajudar a salvar a PEMEX Pág. 04

# Editorial

## A Serviço do Corpo Técnico da Petrobrás

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás tem se esforçado para cada vez mais ser um instrumento a serviço do corpo técnico da Companhia. A primeira providência ocorreu já há alguns anos, ampliando a possibilidade de associação para profissionais que exerçam cargos médios, mas que possuam diploma universitário. Há alguns colegas que entendem que esta prerrogativa deva ser ampliada, incluindo todos os cargos de nível médio, independente do diploma profissional. Mas isso é debate para uma futura mudança estatutária.

Enquanto isto, a atual diretoria vem fazendo um esforço para que a AEPET esteja cada vez mais colada nos anseios do corpo técnico. E sem perder o horizonte estratégico da defesa da Petrobrás, com uma concepção econômica de monopólio estatal do petróleo, com foco nos interesses soberanos do nosso país.

Por isso, uma das iniciativas que o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou no início deste ano é a pesquisa sobre salários dos profissionais da Companhia e uma comparação com outras empresas, privadas ou estatais. Esta matéria vai aguardar ainda o fim da pesquisa que estamos desenvolvendo.

Ao mesmo tempo, na luta contra a terceirização, o Presidente da AEPET, Silvio Sinedino, esteve em Brasília, lutando pela contratação dos recém – ou nem tanto recém – concursados.

Um pouco mais longe, tivemos a viagem do nosso vice-presidente, Fernando Siqueira, ao México, a convite da Associação dos Engenheiros daquele país, no debate sobre a defesa do monopólio estatal do petróleo e do gás mexicano.

A atenção de agora é com as eleições da Petros, e a necessidade de apoiar as chapas 12 e 24 indicadas pelo Comitê em Defesa dos Participantes da PETROS.

**Boa leitura!**

# ROYALTIES DO PETRÓLEO

A disputa pelos recursos dos Royalties do petróleo entre os estados produtores e os não produtores chegou ao STF e está em mais uma etapa. Com o veto da Presidente Dilma Roussef aos itens que tratam da distribuição dos contratos já existentes entre a União e os entes federativos e com a sua derrubada pelo Congresso Nacional, o último recurso foi a solução judicial da questão. Aconteceram duas ações no STF sobre este assunto. Uma delas é a decisão liminar da Ministra Carmem Lucia que suspendeu a vigência da Lei dos Royalties. Com isso, o Senado entrou com um recurso no mesmo tribunal arguindo que a prerrogativa de decidir o merito da questão é do plenário do STF ficando portanto nula esta decisão da magistrada que beneficiou o Rio de Janeiro, Espirito Santo e São Paulo.

É preciso que os estados brasileiros e o governo federal saibam chegar a um acordo para evitar uma crise federativa que já está em curso no Brasil como afirmam vários especialistas como o economista Paulo Guedes e políticos como o Senador Pedro Simon(PMDB-RS). Uma vez que com o potencial do Pré-Sal a cobiça em torno do dinheiro do royalties que corresponde a no máximo 15% do total de capital investido no setor em nosso País. O debate sobre os royalties escondem o total que pode ser arrecadado pela população brasileira se este dinheiro for aplicado corretamente nas áreas carentes da nossa sociedade.



No Seminário no Clube de Engenharia sobre o ICMS nos Royalties do Petróleo estavam presentes várias autoridades sobre o assunto debtido-Crédito da Foto Cecília Lorenzo-Clube de Engenharia

Em um Seminário no Clube de Engenaharia foi discutido a questão dos Royalties e foi apresentada a Lei Estadual(Lei Noel) que está em vigor desde 2003, que cobra o ICMS quando o petróleo vira mercadoria. O advogado André Martins defendeu a Lei Noel que há dez anos existe na esfera estadual e que está sendo julgada no STF, embora ainda sem qualquer apresentação de inconstitucionalidade. Segundo o especialista, com as mudanças ocorridas no marco regulatório na década de 90 do século passado, que abriu o setor ao capital privado estrangeiro e nacional e acabou com o monopólio da União sobre a exploração e produção de petróleo, as regras foram todas alteradas, inclusive a legislação dos royalties. Neste mesmo evento foi dito pelo economista Mauro Osório, que os municipios fluminenses são os piores no ranking das cidades da região Sudeste em vários setores como educação e saúde, sendo necessária uma nova visão para melhorar a gestão dos recursos arrecados pelos royalties no Estado do Rio de Janeiro. Mauro Osório falou ainda do esvaziamento econômico do Rio de Janeiro em estatísticas, passando de um total de 16,7%, em 1970, na participação no PIB do Brasil, para 10,8% em 2010, uma queda de -35,2% do Rio de Janeiro no total do crescimento do Brasil.

Com a ameaça do Governo Sergio Cabral de suspender o pagamento de fornecedores do estado até uma decisão do STF, aguarda-se que o órgão máximo da justiça brasileira possa se pronuciar em poucos dias. É preciso que se coloque definitivamente a questão das receitas e despesas no Brasil dos órgãos públicos, uma vez que pesquisa internacional mostrou que o Brasil é o País do mundo onde mais se pagam impostos e isto é uma demonstração de que os serviços públicos deveriam ser de melhor qualidade. Complementarmente, que aconteçam investimentos em áreas carentes como a educação, uma vez que foi dito que é intenção destinar os royalties do petróleo para aplicações no ensino da população brasileira, visando a melhora do desenvolvimeto econômico e social do nosso país.

**Julio Cesar de Freixo Lobo**

# PÓS-82

A AEPET, conveniada com a AEPET-BR e APAPE, divulga que está formando grupo de participantes da Petros, inseridos no chamado "Grupo Pós-82", que estão em atividade nas patrocinadorase não entraram no processo da AEPET, para integrarem a ação que será proposta pela APAPE – Associação Nacional dos Participantes da Petros, para eliminar o limite de contribuição ilegalmente mantido. Importante ressaltar que esta ação poderá ser integrada tanto por ocupantes de cargos de nível superior quanto de nível médio. Para saber mais sobre o assunto e como se informar entre no Site da AEPET http://www.aepet.org.br/site/noticias/pagina/9899/PS-82-APAPE-AEPET-AEPET-BR

*** Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a Fonte *** Tiragem: 5.200 mail exemplares *** aepet@aepet.org.br ***

Expediente

Presidente: Silvio Sinedino
Vice-Presidente: Fernando Siqueira
Diretor Administrativo: Henrique Sotoma
Vice-Diretor Administrativo: Pedro Francisco de Castilho
Diretor de Comunicações: Ronaldo Tedesco
Vice-Diretor de Comunicações: Paulo Sérgio Decnop Coelho
Diretor de Assuntos Jurídicos: Paulo Teixeira Brandão
Vice-Diretor de Ass. Jurídicos: Carlos Roberto dos S. Caldeira
Diretor de Pessoal: Francisco Soriano de Souza Nunes
Vice-Diretor de Pessoal: Raul Tadeu Bergman
Diretor Cultural : Rogério Loureiro Antunes
Vice-Diretor Cultural: Francisco Isnard Barrocas

Conselho Fiscal
Efetivos: Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney Granja Afonso, Ricardo Latgéde Azevedo
Suplentes: Guilherma Vaz do Couto, Artur de O. Martins, Clóvis C. Rossi

Núcleos
Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus
Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão
Aepet-Macaé: José Carlos L. de Almeida
Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados
Juiz de Fora: Murilo Marcatto
Espírito Santo: Paulo W. Magalhães
S.José dos Campos: Clemente F. da Cruz
Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho
Pernambuco: Adelmo José Leão Brasil
Brasília: Velocino Tonietto

Redação
Editor e Jornalista Responsável: Júlio César Lobo - 19894
Colaboradora: Maria Carmela Laviano
Reportagem: Julio César Lobo
Fotografia: Alessandra Bandeira
Projeto Gráfico: Alessandra Bandeira
Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira

# ELEIÇÕES NA PETROS

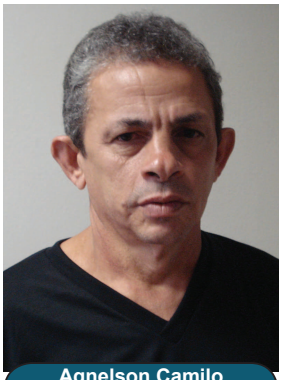
No próximo mês de maio dos dias 13 a 27 acontecerão eleições para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Petros. Entrevistamos Ronaldo Tedesco, candidato Titular a Conselheiro Fiscal na chapa apoiada pelo CDPP junto com Marcos André para o cargo de Suplente. Para o Conselho Deliberativo são candidatos na chapa apoiada pelo CDPP, Silvio Sinedino(Titular) e Agnelson Camilo(Suplente).

**Conselho Deliberativo Chapa 12**

**Conselho Deliberativo**



Silvio Sinedino
Titular



Agnelson Camilo
Suplente

**Conselho Fiscal**



Ronaldo Tedesco
Titular



Marcos André
Suplente

**Conselho Fiscal Chapa 24**

**1) Qual a sua plataforma das chapas indicadas pelo CDPP para estas eleições??**

RT) O programa que defendemos é o programa do CDPP, Comitê em Defesa dos Participantes da PETROS, defendido historicamente pelos petroleiros e participantes da PETROS e que já vimos implementando em nossa atuação nos últimos anos. 1) Lutar pela reformulação do Estatuto da PETROS, visando:

a) estabelecer a efetiva representação paritária entre Participantes, Assistidos e Patrocinadoras em todos os Órgãos Estatutários de Gestão da PETROS, regulamentando o uso do voto de qualidade; b) exigir a condição de Participante ou Assistido com, no mínimo, 5 anos de contribuição, em gozo dos seus direitos estatutários, para ocupar qualquer cargo de direção superior da PETROS; c) restabelecer a competência legal específica e única do Conselho Fiscal para, como órgão efetivo de controle interno, aprovar ou rejeitar, as contas da administração; d) introduzir a obrigatoriedade específica para a presidência da PETROS ser exercida por um participante do Fundo do Sistema Petrobrás com, no mínimo 10 anos de contribuição. 2) Lutar para que a Diretoria da PETROS execute, administrativa ou judicialmente, a cobrança de todas as dívidas das Patrocinadoras e do INSS. 3) Lutar para promover a reversão da separação de massas, a reabertura e impedir, por todos os meios legais, o fechamento do Plano PETROS BD; 4) Lutar por melhoria dos Planos PETROS destacando-se: a) Lutar pela Inclusão de todos empregados da Petrobrás no Plano PETROS BD; b) Lutar pelo Fim do limite de idade; c) Lutar pela recuperação das perdas dos benefícios dos aposentados e pensionistas dentro do interregno legal de retroatividade; d) Lutar pela correção dos cálculos das pensões, das reservas de poupança, dos benefícios mínimos e das aposentadorias antecipadas; e) Lutar pela correção dos benefícios dos pré-existentes; f) Lutar pelo pagamento de todos esses passivos, conforme prevê a Lei (5 anos de retroatividade); g) Lutar pela inclusão no Plano PETROS de todos os retardatários (pré-70 etc.); h) Lutar pelo tratamento correto dos anistiados em relação à Petros. i) Lutar pelo pagamento das perdas resultantes da alteração da premissa de Geração Futura; j) Lutar para que nos casos de retirada de patrocínio os direitos dos Participantes sejam rigorosamente garantidos. 5) Lutar pela efetivação do fim do teto de contribuição para os pós-82;

**2) O apoio da AEPET, da FNP e da FENASPE são importantes para a vitória deste projeto?**

Evidentemente, nossas candidaturas não são expressão de um desejo pessoal. São candidaturas militantes do programa do CDPP e em sintonia com as entidades participantes do Comitê. Entre estas entidades está a FENASPE – Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros – e suas afiliadas em todo o Brasil. A AEPET, entidade da qual sou Diretor de Comunicação, é filiada à FENASPE. A FNP – Federação Nacional dos Petroleiros e seus sindicatos filiados também são parte integrante do CDPP. O Comitê, portanto, é um fórum de debates e decisões consensuais entre estas entidades, com a participação dos Conselheiros Eleitos. Nossa vitória na Petros depende da unidade que consigamos forjar neste processo de debates no interior do CDPP.

**3) Quais são os setores mais afetados pela política de arrocho da atual administração da Petrobrás?**

A direção da Petrobrás se utiliza de mecanismos diferenciados para exercer sua política de RH. Em relação aos ativos, mantém uma política salarial calcada no achatamento do salário básico. Ao mesmo tempo, pratica a chamada Remuneração Variável. Esta é expressa na RMNR – Remuneração Mínima por Nível e Regime, que prejudicou os companheiros das áreas onde temos a chamada Periculosidade que foi, na prática, suprimida pela RMNR. Faz parte da mesma lógica a PLR – Participação nos Lucros e Resultados, de valor significativo, mas que não acompanha o trabalhador após a aposentadoria.

Para aposentados e pensionistas, a política de RH da Petrobrás criou a vergonha da Tabela Congelada, com o apoio da FUP – Federação Única dos Petroleiros. Junto com isto, a prática de reajuste através dos níveis salariais e da RMNR são fraudes ao Artigo 41, também defendidas pela FUP. Felizmente, a justiça do trabalho tem dado ganho de causa aos assistidos.

Há diversos outros aspectos da política de RH da Petrobrás, em especial o fracassado PCAC, que vem sendo vilipendiado pelo próprio RH da Petrobrás por ser ineficiente e ineficaz como instrumento de RH da companhia.

**4) Como vocês pretendem atuar em relação a política de desinvestimentos da Petrobrás?**

Não temos dúvidas de que o Plano de Desinvestimentos da Petrobrás é nocivo para os objetivos estratégicos da Companhia. Como Conselheiros da Petros, vivemos uma contradição que é aplicar em investimentos de interesse nacional, que poderiam e deveriam ser estatais, mas que o Governo Federal – este e os anteriores – se recusa a fazer. Assim, o Governo privatiza, por exemplo, os aeroportos e a Petros adquire a concessão. Para os brasileiros, um péssimo negócio. Para o fundo de pensão dos petroleiros, um "negócio da China".

O Plano de Desinvestimentos da Petrobrás passa pelo mesmo processo. Enquanto que para o Brasil é um péssimo negócio, quem adquirir os ativos que estão sendo "liquidados a preço de banana" está fazendo "um negócio da China".

É preciso que as entidades representativas da sociedade brasileira estejam na luta contra os leilões privatistas e o plano de desinvestimento da Petrobrás, que se configuram, um e outro, como crime "lesa-pátria".

**5) Qual a posição da sua chapa em reação ao fim do convênio entre o INSS e a Petrobrás?**

Eu e o conselheiro eleito Paulo Brandão estivemos desde o primeiro momento dedicados à resolução deste grave problema na PETROS. Todos foram atingidos, mas principalmente os assistidos poderiam ser prejudicados, pois poderiam ficar sem seus vencimentos.

Nossa proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Petros, no sentido de estabelecer um novo convênio entre INSS e PETROS. Nossa proposta inclui também a interveniência da Petrobrás neste novo convênio, o que não foi possível até agora. Portanto, ainda temos pendências importantes neste novo Convênio, que devem ser sanadas. Principalmente, as dos companheiros ativos da Petrobrás, no que concerne ao auxílio-doença e à própria requisição da aposentadoria. Temos ainda a demanda operacional do novo convênio, que precisará ser realizada pela Petros em postos avançados, não mais pela Petrobrás. Acreditamos que o pior já passou. Mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

**6) Como foram compostas as chapas do CDPP para os conselhos da Petros?**

O CDPP realizou diversas reuniões e consultas às entidades participantes. Destes debates firmamos o programa de trabalho e a carta compromisso dos candidatos. Ao longo destas discussões surgiram nomes de 17 companheiros para serem responsáveis pelas tarefas de representação junto aos Conselhos da Petros(Deliberativo e Fiscal). No dia 16 de Março, o CDPP firmou consenso em indicar a CHAPA 12, ao Conselho Deliberativo, com Silvio Sinedino e Agnelson Camilo e a CHAPA 24, ao Conselho Fiscal, com Ronaldo Tedesco e Marcos André.

# AEPET É NOVAMENTE CONVIDADA PARA AJUDAR A SALVAR A PEMEX

O engenheiro Fernando Siqueira, vice-presidente da AEPET, participou em março último do Fórum Mitos e Realidades sobre a Petrobrás realizado nas Cidades do México e de Guadalajara, no México. O convite foi da Associação dos Engenheiros da PEMEX e do Senador Manuel Bartlett do novo partido, MORENA.



DA ESQUERDA PARA DIREITA: LORENZO CARRASCO,JORNALISTA, ALFREDO JALIFE, JORNALISTA, FERNANDO LEITE SIQUEIRA, AEPET, SENADOR MANUEL BARTLETT E JAVIER GIMENEZ ESPRIU-VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE DO MÉXICO.

No encontro, Siqueira esclareceu que a quebra do monopólio do petróleo não foi positiva para a Petrobrás e muito menos para o Brasil. Esta afirmação contraria o discurso do atual presidente do México, Enrique Pieña Nieto e da imprensa mexicana.

Durante uma semana Siqueira participou de vários debates e entrevistas nos quais desmentiu as informações que chamou de mitos. Siqueira explicou ao público presente que a abertura do setor de petróleo não foi boa para Brasil: "A criação da Lei 9478/97, do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi muito ruim para a Petrobrás e péssima para o Brasil. Ruim para a Petrobrás porque teve 36% de suas ações vendidas na Bolsa de Nova York. Assim, a empresa teve que se submeter à lei americana "Sarbannes Oxley" perdendo sua independência para investir nos melhores projetos. Péssima para o Brasil, pois pelo artigo 26 desta lei, todo o petróleo produzido passou a ser propriedade de quem o produz, pagando só 10% de royalty", afirmou Fernando Siqueira.

"A quebra do monopólio não gerou aumento de receita para o País, não introduziu novas tecnologias e as empresas estrangeiras não geram empregos", continua Fernando Siqueira. "A Petrobrás é a empresa que mais compra e contrata serviços no País. Ela já chegou a comprar 95% dos materiais e equipamentos do setor de petróleo criando 5000 empresas nacionais as quais foram destruídas pelos governos Collor (redução de 30% das tarifas de importação) e Fernando Henrique (emissão do decreto 3161, o Repetro, que isenta as empresas estrangeira de imposto de importação e não isenta as nacionais)", conforme explicou Siqueira.

Um dos pontos mais importante do seu debate foi quando ele esclareceu que não foi essa abertura que permitiu o descobrimento do Pré-sal: "A Petrobrás iniciou as pesquisas do Pré-sal na década de 1960, a partir da teoria das placas tectônicas. Como a profundidade do oceano é muito grande, de mais de 2000m, os investimentos eram muito altos e o risco também. Assim, a Petrobrás teve que esperar o avanço da tecnologia da sísmica para ter a segurança de que a perfuração chegaria ao objetivo com precisão. Quando a sísmica avançou em seu desenvolvimento tecnológico e alcançou a terceira e a quarta dimensões, isto permitiu eliminar as distorções e adquirir mais segurança na perfuração além de mais conhecimento das características dos reservatórios petrolíferos. Assim, em 2006, se iniciou a perfuração do primeiro poço do pré-sal e se descobriu a maior província petrolífera do mundo atual".

Cabe recordar que esta área do pré-sal esteve durante 13 anos sob o controle das companhias estrangeiras por conta dos contratos de risco do governo de Ernesto Geisel sem nenhuma descoberta. Portanto, se não fosse a Petrobrás, jamais se teria descoberto o Pré-Sal.

Em seu discurso, Siqueira falou de uma semelhança na criação e nos ataques à Pemex e à Petrobrás. Falou também da luta AEPET e dos petroleiros para avançar na nova Lei, para acabar com os leilões e permitir que a Petrobrás seja a única executora do monopólio do petróleo.

Ao final do evento houve uma manifestação geral pela criação de uma frente parlamentar e tecnológica latina americana liderada pelo Brasil e México para defender os nossos recursos naturais e nossa tecnologia.

Nossa participação no Encontro foi muito importante para a troca de experiências e a construção de uma unidade internacional em defesa dos interesses dos trabalhadores, afirmou Fernando Siqueira.

Leia a matéria na íntegra acessando o nosso site www.aepet.org.br.

